

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO
RELATÓRIO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL DA ENTIDADE
&
“NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”

FEPRAM

Informações Gerais

Este Fundo Especial de Proteção Ambiental, localizada na Avenida Farquar, nº 2986, Bairro: Pedrinhas, Edifício: Rio Cautário, 2º andar, CNPJ: 02.328.663/0001-65 integra o Poder Executivo, ente da esfera estadual. As competências deste Fundo são regidas pelo Decreto Estadual nº 7.902 de 01 de julho de 1997, com abrangência na Lei Estadual nº 3.744 de 23 de dezembro de 2015 tendo como funções e atividades primordiais: desenvolvimento ambiental rural e urbano, fiscalização e normatização de atividades relacionadas com a qualidade de vida do ambiente e dos recursos naturais;

Base de Elaboração

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) representam o conjunto consolidado e sintetizado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade pública, com objetivo de retratar a saúde financeira, relatórios de saídas, base para análise e tomada de decisão por parte dos usuários da informação contábil. Sua estrutura está contida nos anexos da Lei 4.320/1964, na qual foi alterada pela Portaria STN 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, convergentes aos padrões internacionais de contabilidade.

As demonstrações foram elaboradas conforme as orientações da Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9ª edição, com a Lei nº 4.320/1964, que no seu art. 101, descreve o conjunto de relatórios contábeis que deverão ser apresentados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e demais entidades com o setor público, e a Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Destaque especial para a publicação da Portaria nº 278 de 20 de dezembro de 2023, ao qual tem a finalidade de orientar as unidades gestoras sobre os procedimentos a serem executados para o encerramento do exercício financeiro de 2023 e abertura do exercício financeiro de 2024.

O Manual foi elaborado consoante as regras e prazos do Decreto nº 28.448, de 18 de setembro de 2023 e demonstra os procedimentos de execução orçamentária, financeira e patrimonial que deverão ser adotados no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/RO. O Manual encontra-se no Portal da Contabilidade Geral do Estado, disponível no endereço eletrônico <https://contabilidade.ro.gov.br/manuais/>.

Apresentação - Aspectos Iniciais e Síntese das Alterações;

- Balanço Orçamentário- Anexo 12 da lei. 4.320
- Balanço Patrimonial (BP)- Anexo 14 da Lei n 4.320 64
- Demonstração das Variações Patrimoniais(DVP) Anexo 15 da lei. 4.320
- Balanço Financeiro- Anexo13 da lei 4.320
- Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demais Anexo da lei 4.320 64.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A Contabilidade Geral do Estado – COGES, nos termos da Lei Complementar nº 1.109, de 12 de novembro de 2021, que dispõe sobre a transformação da Superintendência Estadual de Contabilidade – SUPER em Contabilidade Geral do Estado – COGES; vem buscando atender à legislação nacional, no que diz respeito ao cumprimento das normas financeiras estabelecidas, em especial pela Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e o Manual de Contabilidade Pública Aplicado ao Setor Público 9ª Edição, como também primar pela execução financeira, orçamentária e patrimonial de forma eficiente e responsável.

Através da Portaria nº 278 de 20 de dezembro de 2023 foi aprovado a 7ª edição do Manual de Análises e Procedimentos Contábeis- MCDC/COGES-RO, para o Encerramento do Exercício, disponibilizado através do site <http://www.contabilidade.ro.gov.br> com objetivo de orientar as unidades gestoras sobre os procedimentos a serem executados para o encerramento do exercício financeiro e abertura do ano seguinte, proporcionando maior transparência das informações, além de padronizar e simplificar os procedimentos contábeis em todo o Estado, servindo como fonte de consulta para os profissionais de contabilidade, de auditoria e demais profissionais da gestão administrativa e financeira dos órgãos da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e, inclusive, dos Fundos Especiais.

Dentre as práticas adotadas na classificação contábil, observa-se a essência sobre a forma e a moeda utilizada nos registros e nas transações é o real, moeda oficial do Brasil.

As demonstrações contábeis originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão equiparadas às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, a taxa câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os estoques são avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois o menor. O método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº 4.320/64 e NBC TSP 04/2016. O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, atualizado por ajustes de Depreciação e Amortização conforme característica do bem.

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, ou de produção, ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes.

Os procedimentos de reavaliação e de redução ao valor recuperável de bens adquiridos e postos em operação foram regulamentados pelo Manual de Procedimentos Contábeis Especiais – Parte II, disponível no sítio www.transparencia.ro.gov.br (aprovado pela Portaria nº. 208/GAB/SEFIN/2014) e o SIGEF já se encontra preparado para os lançamentos. Quanto a determinados bens que sejam depreciados a taxas diferentes, em função de suas características, devendo também essa particularidade ser evidenciada em notas explicativas.

O Estado de Rondônia optou por registrar patrimonialmente como Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, os créditos oriundos da conversão de penas alternativas em pecúnia.

Os restos a pagar não processados, quando liquidados, alteram o status para restos a pagar não processados liquidados de exercícios anteriores, uma vez que estes devem compor o quadro de “Processados”, conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 9ª Edição. Já os créditos em liquidação são considerados como restos a pagar não processados, uma vez que, ainda não se deu a devida liquidação.

O Estado adota a política contábil considerando a retenção como paga apenas na baixa da obrigação.

O Sistema Contábil utilizado para execução orçamentária, financeira e patrimonial que resultaram nos demonstrativos contábeis e que estão dispostas como as bases propostas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP é o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF. Os demonstrativos estão conforme os padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e pelas Demonstrações exigidas pela Norma Brasileira de Contabilidade.

A FEPRAM integra o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Governo de Rondônia – SIGEF. As Demonstrações Contábeis estão de acordo com o art. 35 da Lei 4.320/64. O regime contábil adotado na Contabilidade Pública é o regime misto, de Caixa para as receitas e de Competência para as despesas orçamentárias, ou seja, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nela legalmente empenhadas.

O SISTEMA CONTÁBIL durante do exercício de 2023 utilizou o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/ RO para execução orçamentária, financeira e patrimonial que resultaram nos demonstrativos contábeis em conformidade com as bases propostas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª Edição– MCASP.

REMESSAS MENSAIS, TRANSMITIDAS PELA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, VIA SISTEMA INTEGRADOS DE GESTÃO E AUDITORIA PÚBLICA - SIGAP. Em atenção aos seguintes dispositivos legais: art. nº 53 da Constituição do Estado de Rondônia que dispõe sobre a apresentação, pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, de balancetes mensais à Corte de Contas Estadual; Instrução Normativa nº 72/TCER/2020 que dispõe sobre a remessa eletrônica mensal de informações ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia de informações e documentos por parte das Administrações Públicas Municipais e Estaduais do Estado de Rondônia; Resolução nº 328/2020/TCE-RO que regulamenta a Instrução Normativa nº. 72/2020/TCE-RO, para o exercício de 2023 e o Decreto nº 26.020 de 19 de abril de 2021 que disciplina a remessa eletrônica mensal de informações, instituída pela Instrução Normativa nº 72/TCER/2020, de 19 de outubro de 2020, regulamentada pela Resolução nº 328/2020/TCE-RO, de 06 de novembro de 2020. Apresentamos a relação dos Identificadores do SEI em que constam os recibos de entrega de remessas mensais, transmitidas, via SIGAP, dos módulos: Contábil, Pessoal Orçamentário, Obras e Contratos, referente aos meses de janeiro a dezembro de 2023 de Administração Direta do Estado de Rondônia, onde estão inclusas as informações da FEPRAM:

MÊS DE REFERÊNCIA	ID PROTOCOLO DE ENTREGA TCE-RO
JANEIRO	0046155036
FEVEREIRO	0046155237
MARÇO	0046155298
ABRIL	0046155392
MAIO	0046155508
JUNHO	0046155590
JULHO	0046155654
AGOSTO	0046155731
SETEMBRO	0046155818
OUTUBRO	0046155930
NOVEMBRO	0046156019
DEZEMBRO	0088.000190/2024-28

Fonte: Processo SEI: 0088.000190/2024-28

Declaração Conformidade

Declaro que as demonstrações contábeis constantes do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal -(Balancetes: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações no Patrimônio Líquido), regidas pela Lei Complementar nº 4.320, de 1964, com as estruturas alteradas através da Portaria STN nº 438 de 12 de julho de 2012, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 11 relativos ao exercício de 2023, representam com fidedignidade a situação orçamentária, financeira e patrimonial desta unidade gestora.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS - FEPRAM - EXERCÍCIO 2023

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	16.744.954,00	16.744.954,00	19.825.734,90	3.080.780,90
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	16.377.092,00	16.377.092,00	17.353.042,83	975.950,83
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	361.583,00	361.583,00	2.460.761,32	2.099.178,32
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.279,00	6.279,00	11.930,75	5.651,75
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	16.744.954,00	16.744.954,00	19.825.734,90	3.080.780,90
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	16.744.954,00	16.744.954,00	19.825.734,90	3.080.780,90
DEFICIT (VI)	-	-	3.242.385,72	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	16.744.954,00	16.744.954,00	23.068.120,62	3.080.780,90

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	15.920.250,00	11.881.312,02	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superavit Financeiro	-	15.920.250,00	11.881.312,02	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	16.419.954,00	29.683.984,00	22.465.772,22	21.082.167,86	21.082.167,86	7.218.211,78
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.331.450,00	3.331.450,00	796.375,51	796.193,39	796.193,39	2.535.074,49
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.088.504,00	26.352.534,00	21.669.396,71	20.285.974,47	20.285.974,47	4.683.137,29
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	325.000,00	2.301.300,00	602.348,40	34.335,00	34.335,00	1.698.951,60
INVESTIMENTOS	325.000,00	2.301.300,00	602.348,40	34.335,00	34.335,00	1.698.951,60
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	16.744.954,00	31.985.284,00	23.068.120,62	21.116.502,86	21.116.502,86	8.917.163,38
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	16.744.954,00	31.985.284,00	23.068.120,62	21.116.502,86	21.116.502,86	8.917.163,38
SUPERAVIT (XIV)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	16.744.954,00	31.985.284,00	23.068.120,62	21.116.502,86	21.116.502,86	8.917.163,38
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2023
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO A PAGAR (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (b)				
DESPESAS CORRENTES	4.514.375,61	1.189.791,63	4.164.751,86	4.164.751,86	1.400.373,64	139.041,74
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.592.000,38	-	2.589.179,37	2.589.179,37	-	2.821,01
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.922.375,23	1.189.791,63	1.575.572,49	1.575.572,49	1.400.373,64	136.220,73
DESPESAS DE CAPITAL	-	482.250,40	482.250,36	482.250,36	0,04	-
INVESTIMENTOS	-	482.250,40	482.250,36	482.250,36	0,04	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4.514.375,61	1.672.042,03	4.647.002,22	4.647.002,22	1.400.373,68	139.041,74

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO A PAGAR (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (b)			
DESPESAS CORRENTES	4.792,50	-	-	-	4.792,50
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.792,50	-	-	-	4.792,50
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	4.792,50	-	-	-	4.792,50

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS - FEPRAM - EXERCÍCIO 2023

O Balanço Orçamentário, Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320 de março de 1964, é a demonstração contábil que deve ser elaborada pela administração pública em que discrimina o saldo das contas de receitas e despesas orçamentárias, comparando os valores previstos e fixados com os efetivamente executados, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.268/09), estruturado para evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

As Receitas Orçamentária são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, fontes de recursos utilizadas em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. Essas receitas transitam pelo patrimônio da secretaria, aumentando o saldo financeiro. As despesas Orçamentária são valores que deriva da utilização de crédito consignado no orçamento da entidade, podendo ou não diminuir a situação líquida patrimonial.

Resultado Orçamentário: seguindo o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, o regime orçamentário observa que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente, empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado.

O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas à (fim) de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário, enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas. As colunas de “Previsão Inicial” e “Previsão Atualizada” da Receita apresentam os valores correspondentes às receitas próprias ou decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas. Além de indicar o resultado orçamentário pela comparação entre a receita arrecadada e a despesa empenhada em linha própria, o demonstrativo ainda evidencia, após a linha “Total” do quadro da receita, a parcela do superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do ano anterior, utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, bem como, o montante utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos especiais e extraordinários, com o nome de “SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES”.

O Balanço Orçamentário demonstra a execução orçamentária em um determinado exercício, apresentando um resultado positivo (superávit) ou negativo (déficit). No entanto, em função da utilização, no exercício de referência, do superávit financeiro de exercícios anteriores, identificado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, para abertura de créditos adicionais, o Balanço Orçamentário poderá demonstrar uma situação distinta. Ocorre um desequilíbrio aparente porque o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser demonstrado como parte dos itens do Balanço Orçamentário que integram o cálculo do resultado orçamentário.

O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi no exercício anterior, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior. Dessa forma, no momento inicial da execução orçamentária, tem-se o equilíbrio entre receita prevista e despesa fixada e constata-se que toda despesa a ser executada está amparada por uma receita prevista a ser arrecadada no exercício. No entanto, iniciada a execução do orçamento, quando há superávit financeiro de exercícios anteriores, tem-se um recurso disponível para abertura de créditos para as despesas não fixadas ou não totalmente contempladas pela Lei Orçamentária. Da utilização desse recurso em diante o Balanço Orçamentário passa a demonstrar um desequilíbrio que reflete as regras de contabilização no setor público, ou seja, o reconhecimento da receita no momento da arrecadação e o reconhecimento da despesa no momento do empenho. Com base no exposto, o Balanço Orçamentário definido proporciona ao usuário de suas informações a possibilidade de analisar o seu resultado, confrontando-o com o superávit financeiro de exercícios anteriores, pois apresenta a linha saldos de exercícios anteriores.

O Balanço Orçamentário da Unidade Gestora 180011 – FEPRAM, encontra-se estruturado da seguinte forma:

- Quadro Principal;
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processado.

O Quadro Principal apresentará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e é formado por duas seções: quadro da receita e quadro da despesa. As receitas e despesas serão apresentadas conforme a classificação por natureza. No caso da despesa, a classificação funcional também será utilizada complementarmente à classificação por natureza. Em conexo, as receitas deverão ser informadas pelos valores líquidos das respectivas deduções. O quadro da receita é desdobrado em cinco colunas de informação e evidência a receita orçamentária, especificando a categoria econômica, a origem, e a espécie da receita, sendo que, para cada ‘item’, é apresentado o valor da previsão inicial, da previsão atualizada, da receita atualizada e o saldo entre a receita realizada e a previsão atualizada.

O quadro da despesa é desdobrado em sete colunas de informação e evidência a despesa orçamentária, especificando a categoria econômica e o grupo de natureza de despesa, sendo que, para cada ‘item’, é apresentado o valor da dotação inicial, da dotação atualizada, da despesa empenhada, da despesa

liquidada, da despesa paga e o saldo da dotação.

NOTA 1-ORÇAMENTO

Lei n.º 5.533, de 14 de março de 2023, em que altera e revoga dispositivos da Lei n.º 5.527, de 6 de janeiro de 2023

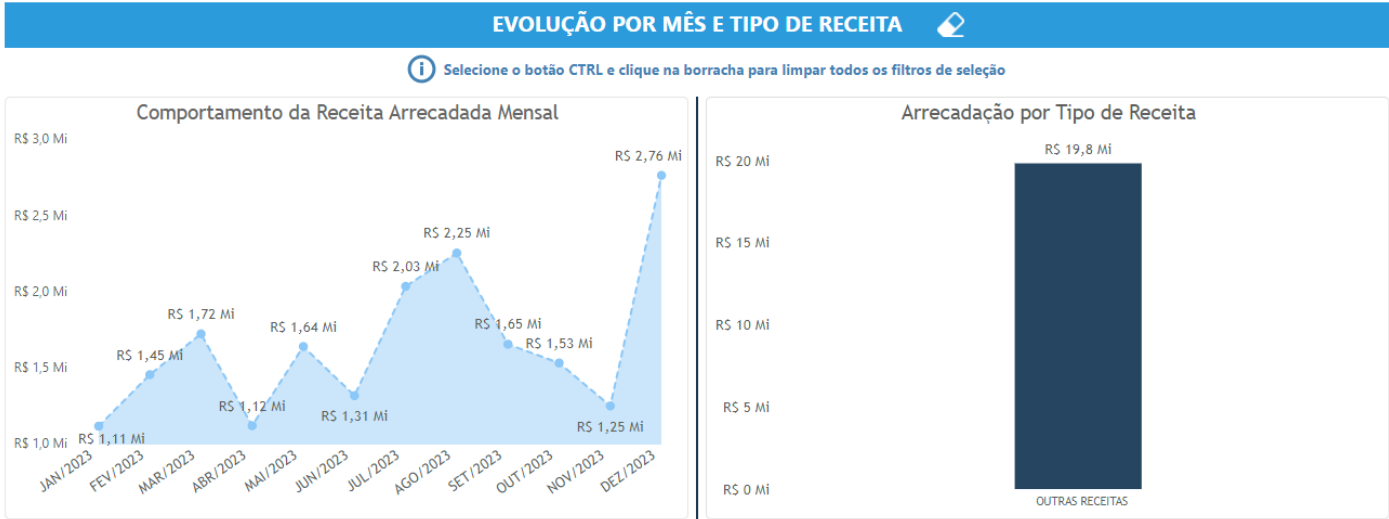
Da dotação orçamentária esta Unidade gestora 180011 FEPRAM teve sua receita estimada e despesa fixada para o Exercício de 2023 mediante aprovação da mediante aprovação da Lei n.º. 5.533, de 14 de março de 2023, em que altera e revoga dispositivos da Lei n.º 5.527, de 6 de janeiro de 2023– Lei Orçamentária Anual, publicada – Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 49 – Disponibilização: 15/03/2023, conforme detalhado abaixo:

ESTADO DE RONDÔNIA

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2023

		R\$		
TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +
DIFERENÇA PARA -				
RECEITA ORÇAMENTÁRIA BRUTA (I)		16.744.954,00	19.825.734,90	3.080.780,90
4.1.0.0.00.0.0.00	Receitas Correntes	16.744.954,00	19.825.734,90	3.080.780,90
4.1.1.0.00.0.0.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.377.092,00	17.353.042,83	975.950,83
4.1.1.2.00.0.0.00	Taxas	16.377.092,00	17.353.042,83	975.950,83
4.1.1.2.1.00.0.0.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	16.377.092,00	17.353.042,83	975.950,83
4.1.1.2.1.04.0.0.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	16.377.092,00	17.353.042,83	975.950,83
4.1.1.2.1.04.0.1.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	14.165.819,00	12.975.439,89	-
4.1.1.2.1.04.0.3.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Dívida Ativa	1.552.620,00	3.442.985,26	1.890.365,26
4.1.1.2.1.04.0.5.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Multas	658.653,00	934.617,68	275.964,68
4.1.3.0.00.0.0.00	Receita Patrimonial	361.583,00	2.460.761,32	2.099.178,32
4.1.3.2.00.0.0.00	Valores Mobiliários	361.583,00	2.181.268,35	1.819.685,35
4.1.3.2.1.00.0.0.00	Juros e Correções Monetárias	361.583,00	2.181.268,35	1.819.685,35
4.1.3.2.1.01.0.0.00	Remuneração de Depósitos Bancários	361.583,00	2.181.268,35	1.819.685,35
4.1.3.2.1.01.0.1.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	361.583,00	2.181.268,35	1.819.685,35
4.1.3.4.00.0.0.00	Exploração de Recursos Naturais	-	279.492,97	279.492,97
4.1.3.4.6.00.0.0.00	Exploração de Recursos Naturais	-	279.492,97	279.492,97
4.1.3.4.6.99.0.0.00	Demais Receitas de Exploração de Recursos Naturais	-	279.492,97	279.492,97
4.1.3.4.6.99.0.1.00	Demais Receitas de Exploração de Recursos Naturais - Principal	-	279.492,97	279.492,97
4.1.9.0.00.0.0.00	Outras Receitas Correntes	6.279,00	11.930,75	5.651,75
4.1.9.2.00.0.0.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	6.279,00	11.930,75	5.651,75
4.1.9.2.2.00.0.0.00	Restituições	6.279,00	11.930,75	5.651,75
4.1.9.2.2.99.0.0.00	Outras Restituições	6.279,00	11.930,75	5.651,75
4.1.9.2.2.99.0.1.00	Outras Restituições - Principal	6.279,00	11.930,75	5.651,75
RECEITA ORCAMENTÁRIA LÍQUIDA (III) = (I - II)		16.744.954,00	19.825.734,90	3.080.780,90

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



NOTA 2. RECEITAS

A previsão de receita inicial e atualizada perfizeram o montante de R\$16.744.954,00. Cumpre salientar que a receita realizada perfêz o valor de R\$ 19.825.734,90 sendo toda composta por Receita Corrente de R\$ 19.825.734,90.

Conforme quadro apresentado acima na nota 1 , o detalhamento da arrecadação por fonte perfaz um total de R\$19.825.734,90, composta por receita de impostos, taxas e contribuição de melhoria no valor de 17.353.042,83, Receita patrimonial de R\$ 2.460.761,32 e 279.492,97 de receita de exploração de recursos naturais.

A unidade 180011 excedeu a arrecadação em R\$: 3.080.780,90 que representou 18% a mais aproximadamente da previsão da receita. Isso ocorreu devido às atividades desenvolvidas com projetos e estratégias de trabalho para executar com mais fidedignidade os trabalhos de análise, monitoramento e fiscalização, com objetivo de coibir as infrações ambientais e, conseqüentemente aumentou as solicitações de Licenças para regularização dos empreendimentos no Estado de Rondônia.

NOTA 3-DESPESAS



BALANCETE DE EXECUÇÃO DA DESPESA UG:180011 EXERCICIO:2023				
NATUREZA DA DESPESA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA A LIQUIDAR	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA
30000000000 - Despesa	23.068.120,62	1.951.617,76	21.116.502,86	21.116.502,86
33000000000 - Despesas Correntes	22.465.772,22	1.383.604,36	21.082.167,86	21.082.167,86
33100000000 - Pessoal e Encargos Sociais	796.375,51	182,12	796.193,39	796.193,39
33190000000 - Aplicações Diretas	796.375,51	182,12	796.193,39	796.193,39
33190040000 - Contratação por Tempo Determinado	796.375,51	182,12	796.193,39	796.193,39
33190040500 - SALARIO PESSOA REGIDO PELA CLT	328.241,32	0	328.241,32	328.241,32
33190041400 - SALARIO CONTRATO TEMPORARIO	468.134,19	182,12	467.952,07	467.952,07
33300000000 - Outras Despesas Correntes	21.669.396,71	1.383.422,24	20.285.974,47	20.285.974,47
33390000000 - Aplicações Diretas	21.669.396,71	1.383.422,24	20.285.974,47	20.285.974,47
33390040000 - [MIG] Contratação por Tempo Determinado	12.445,00	0	12.445,00	12.445,00
33390040200 - AUXÍLIO SAÚDE - CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL/TEMPORÁRIO.	3.073,00	0	3.073,00	3.073,00
33390044900 - AUXILIO TRANSPORTE	9.372,00	0	9.372,00	9.372,00
33390140000 - Diárias - Civil	5.536.363,79	0	5.536.363,79	5.536.363,79
33390141400 - DIARIAS NO PAIS(DENTRO DO ESTADO)	5.203.800,80	0	5.203.800,80	5.203.800,80
33390141500 - DIÁRIAS NO PAÍS (FORA DO ESTADO)	105.603,40	0	105.603,40	105.603,40
33390141600 - DIÁRIAS NO EXTERIOR	226.959,59	0	226.959,59	226.959,59
33390150000 - Diárias - Militar	10.723.260,00	0	10.723.260,00	10.723.260,00
33390151400 - DIARIAS NO PAIS (DENTRO DO ESTADO)	10.723.260,00	0	10.723.260,00	10.723.260,00
33390300000 - Material de Consumo	838.598,06	493.334,19	345.263,87	345.263,87
33390301600 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	115.655,63	40.053,58	75.602,05	75.602,05
33390302100 - MATERIAL DE COPA E COZINHA	7.536,00	0	7.536,00	7.536,00
33390302200 - MATERIAL DE LIMPEZA E PROD DE HIGIENIZACAO	67.715,48	3.624,00	64.091,48	64.091,48
33390302300 - UNIFORMES TECIDOS E AVIAMENTOS	200.951,20	186.391,20	14.560,00	14.560,00
33390302600 - MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	2.000,00	0	2.000,00	2.000,00
33390304200 - FERRAMENTAS	1.399,56	0	1.399,56	1.399,56
33390305400 - MATERIAL GRAFICO	129.811,69	14.306,00	115.505,69	115.505,69
33390306100 - GENÉRIOS ALIMENTICIOS PNAE	57.600,00	53.067,20	4.532,80	4.532,80
33390309600 - MATERIAL DE CONSUMO PAGTO.ANTECIPADO	56.724,29	0	56.724,29	56.724,29
33390309900 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	3.312,00	0	3.312,00	3.312,00
33390330000 - Passagens e Despesas com Locomoção	300.000,00	203.443,70	96.556,30	96.556,30
33390330100 - PASSAGENS PARA O PAÍS	150.000,00	53.443,70	96.556,30	96.556,30
33390360000 - Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física	71.422,50	0	71.422,50	71.422,50
33390360200 - Diarias a Colaboradores Eventuais no Pais	71.422,50	0	71.422,50	71.422,50
33390390000 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	3.780.478,86	445.929,43	3.334.549,43	3.334.549,43
33390391400 - LOCAÇÃO DE BENS MOV OUT NATUREZAS E INTANGIVE	2.832.891,47	306.443,50	2.526.447,97	2.526.447,97
33390394100 - FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	13.878,00	4.120,00	9.758,00	9.758,00
33390395900 - SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	11.500,00	0	11.500,00	11.500,00
33390396900 - SEGUROS EM GERAL	25.601,77	0	25.601,77	25.601,77
33390399000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	851.486,84	135.365,93	716.120,91	716.120,91
33390399600 - OUTROS SERV DE TERCEIROS PJ PAGTO ANTECIPADO	45.120,78	0	45.120,78	45.120,78
33390930000 - Indenizações e Restituições	168.163,18	2.049,60	166.113,58	166.113,58
33390930200 - RESTITUIÇÕES	4.611,60	2.049,60	2.562,00	2.562,00
33390930300 - RESSARCIMENTOS	163.551,58	0	163.551,58	163.551,58
34000000000 - Despesas de Capital	602.348,40	568.013,40	34.335,00	34.335,00
34400000000 - Investimentos	602.348,40	568.013,40	34.335,00	34.335,00
34490000000 - Aplicações Diretas	602.348,40	568.013,40	34.335,00	34.335,00
34490520000 - Equipamentos e Material Permanente	602.348,40	568.013,40	34.335,00	34.335,00
34490529900 - MATERIAL PERMANENTE	34.335,00	0	34.335,00	34.335,00
TOTAL CONSOLIDADO	23.068.120,62	1.951.617,76	21.116.502,86	21.116.502,86

Das despesas empenhadas, foram liquidadas e pagas R\$ 21.116.502,86, resultando assim em inscrição de restos a pagar não processados no valor de R\$: 1.951.617,76, e não houve inscrição em restos a pagar processados.

Observando as despesas por atividade, as despesas empenhadas no valor de R\$: 23.068.120,62 a atividade de proteger, monitorar e controlar os recursos naturais e representa 43% das despesas correntes, conforme quadro abaixo:* AV – análise vertical - montante da conta em relação ao montante do grupo do programa 2098 que tem a finalidade de proteção ao meio ambiente .

Período: Janeiro a Dezembro de 2023 PROGRAMA DE TRABALHO - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64 PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO VALORES EMPENHADOS		
180011 - Fundo Especial de Proteção Ambiental		23.068.120,62
1015 - 1015-GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO	808.820,51	4%
1490 - REALIZAR PAGAMENTOS DE PROFISSIONAIS TEMPORÁRIOS	808.820,51	
2098 - 2098-PROTEÇÃO AMBIENTAL	22.259.300,11	96%
2026 - ADMINISTRAR A EXPLORAÇÃO FLORESTAL	557.410,00	3%
2068 - DESCENTRALIZAR E DESBUROCRATIZAR O LICENCIAMENT	79.210,00	0%
2164 - PROMOVER A GESTÃO SOCIOAMBIENTAL SUSTENTÁVEL	927.625,11	4%
2229 - PROMOVER A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DOS IMÓVEIS RI	129.818,90	1%
2280 - PROMOVER O LICENCIAMENTO E MONITORAMENTO DE EMF	610.308,14	3%
2583 - REALIZAR EDUCAÇÃO E DIFUSÃO DA PRESERVAÇÃO AMBIE	1.052.030,40	5%
2709 - PROTEGER, MONITORAR E CONTROLAR OS RECURSOS NA	9.655.707,22	43%
2847 - PROMOVER A GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	9.247.190,34	42%
TOTAL AÇÃO 1015 e 2098	23.068.120,62	100%

NOTA 4-Demonstrativo de Superávit/Déficit

Conforme previsto no art. 43 da Lei nº 4.320/1964, o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior constitui fonte para abertura de crédito adicional. Tais valores não são considerados na receita orçamentária do exercício de referência nem serão considerados no cálculo do déficit ou superávit orçamentário já que foram arrecadados em exercícios anteriores. Apresenta valores somente nas colunas Previsão Atualizada e Receita Realizada e deverá corresponder ao valor utilizado para a abertura de créditos adicionais e valor efetivamente utilizado para o empenho de despesas.

Esta unidade 180011 - FEPRAM obteve um resultado superavitário de R\$: 14.387.759,47 apurado que será detalhado em quadro nas notas explicativas do balanço Patrimonial.

BALANÇO FINANCEIRO

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO FINANCEIRO - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

INGRESSOS	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Receita Orçamentária (I)	19.825.734,90	20.381.401,39
Ordinária	-	-
Vinculada	19.825.734,90	20.381.401,39
Recursos Vinculados a Fundos	19.271.984,42	19.766.535,42
Outras Vinculações de Recursos	553.750,48	614.865,97
Transferências Financeiras Recebidas (II)	1.742.520,01	229.551,99
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	-	-
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	1.742.520,01	229.551,99
Transferências Recebidas Aportes RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)	5.519.553,84	4.259.525,08
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.951.617,76	1.672.042,03
Inscrição de Restos a Pagar Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.524.279,58	2.272.449,60
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	43.656,50	315.033,45
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior (IV)	22.991.118,85	27.598.760,67
Caixa e Equivalente de Caixa	22.991.118,85	27.598.760,67
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	50.078.927,60	52.469.239,13

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO FINANCEIRO - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

DISPÊNDIOS	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Despesa Orçamentária (VI)	23.068.120,62	15.588.901,58
Ordinária	-	-
Vinculada	23.068.120,62	15.588.901,58
Recursos Vinculados à Programas de Infra Estrutura de Transportes	-	-
Recursos Vinculados a Fundos	21.722.757,22	14.586.642,93
Outras Vinculações de Recursos	1.345.363,40	1.002.258,65
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	2.126.151,16	4.384.601,28
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	1.656.547,23	3.041.152,07
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	469.603,93	1.343.449,21
Transferências Concedidas Aportes RPPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	8.176.996,85	9.504.617,42
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	4.647.002,22	4.519.659,70
Pagamento de Restos a Pagar Processados	-	2.504.240,30
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.486.338,13	2.256.241,69
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	43.656,50	224.475,73
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Perdas de Investimentos Temporários	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	16.712.153,74	22.991.118,85
Caixa e Equivalente de Caixa	16.712.153,74	22.991.118,85
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	50.083.422,37	52.469.239,13
Balanço Inconsistente (2023) - Saldo em Espécie para o exercício seguinte informado nas contas do Balancete diverge do valor calculado pela seguinte fórmula: Saldo em Espécie do Exercício Anterior + Receita Orçamentária + Transferências Financeiras Recebidas + Recebimentos Extraorçamentários		
- Despesa Orçamentária - Transferências Financeiras Concedidas - Pagamentos Extraorçamentários		

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO FINANCEIRO - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

Especificação	JANEIRO a DEZEMBRO/2023			JANEIRO a DEZEMBRO/2022		
	Receita	Deduções	Saldo (c) = (a - b)	Receita	Deduções	Saldo (f) = (d - e)
	Orçamentária (a)	Receita Orçamentária (b)		Orçamentária (d)	Receita Orçamentária (e)	
Ordinária	-	-	-	-	-	-
Vinculada	19.825.734,90	-	19.825.734,90	20.381.401,39	-	20.381.401,39
Recursos Vinculados a Fundos	19.271.984,42	-	19.271.984,42	19.766.535,42	-	19.766.535,42
Outras Vinculações de Recursos	553.750,48	-	553.750,48	614.865,97	-	614.865,97
TOTAL	19.825.734,90	-	19.825.734,90	20.381.401,39	-	20.381.401,39

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTAS EXPLICATIVAS BALANÇO FINANCEIRO- FEPRAM - EXERCÍCIO 2023

Segundo a Lei Federal nº 4.320/64, artigo 103, e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, o Balanço Financeiro demonstra a receita (líquidas das deduções) e despesas orçamentárias, ordinárias e vinculadas, bem como os recebimentos (ingressos) e pagamentos (dispêndios) de natureza extra, orçamentárias, as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária conjugados com os saldos de disponibilidades do exercício anterior e aqueles que passarão para o exercício seguinte orçamentária. Cabe destacar que o formato do Balanço Financeiro está de acordo com a Lei nº 4.320/1964, conforme a MCASP, em que as receitas e despesas estão evidenciadas por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas. Os Ingressos e os Dispêndios se equilibram por meio da inclusão do Saldo em Espécie do Exercício Anterior na coluna dos Ingressos e do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte na coluna dos Dispêndios. Receitas e Despesas Orçamentárias Ordinárias compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades. Receitas e Despesas Orçamentárias Vinculadas correspondem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem. A identificação das vinculações pode ser feita por meio do mecanismo fonte/ destinação de recursos. As fontes/destinações de recursos indicam como são financiadas as despesas orçamentárias, atendendo sua destinação legal.

Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Podem ser orçamentárias ou extra, orçamentárias. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. Aquelas que não se relacionam com o Orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos restos a pagar. Esses valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas transferências financeiras concedidas.

Recebimentos Extra orçamentários compreendem os ingressos não previstos no orçamento, por exemplo:

- ingressos de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros; e
- inscrição de restos a pagar.

É importante destacar o que dispõe o parágrafo único do artigo 103 da Lei Federal nº 4.320/64: "Parágrafo único. Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extra orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária." Pagamentos Extra orçamentários evidenciam os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, por exemplo:

- relativos a obrigações que representaram ingressos extra orçamentárias (ex. devolução de depósitos); e
- restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

NOTA 1-RECEITAS

O total das receitas Orçamentária arrecadada no exercício financeiro de 2023, foi de R\$ 19.825.734,90.

Caixa e Equivalente de Caixa O saldo demonstrado nesse grupo de contas, Conta Contábil Tipo do Banco Valor 1.1.1.1.1.1.19.02 Banco do Brasil de R\$: 16.712.153,74, refere-se ao saldo financeiro disponíveis por fonte na conta banco, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Controle de Domicílios Bancários por UG e Fonte de Recurso
UNIDADE: 180011 - Fundo Especial de Proteção Ambiental
ATE O MES: 13 - DEZEMBRO

Unidade + Fonte + Conta Bancária	Saldo Financeiro Disponível
180011 - Fundo Especial de Proteção Ambiental	16.712.153,74
1759 Recursos Vinculados a Fundos	9.707.070,82
00102757X0000024155	9.180.444,76
00102757X0000091308	14.482,96
00102757X0000100749	423.740,74
00102757X0000106410	81.913,17
00102757X0004001400	6.489,19
1799 Outras Vinculações Legais	697.584,72
00102757X0000106410	697.584,72
1869 Outros Recursos Extraorçamentários	228.942,27
00102757X0000024155	197.105,49
00102757X0000106410	25.000,00
00102757X0004001400	6.836,78
2759 Rec. Vinculados a Fundos.	4.137.255,76
00102757X0000024155	1.754.529,23
00102757X0000091308	109.299,53
00102757X0000100749	2.273.427,00
2799 Outras Vinculações Legais	1.941.300,17
00102757X0000106410	1.941.300,17
Total Consolidado	16.712.153,74

FONTE:DIVE PORT

NOTA 2-Pagamentos Extra-Orçamentários.

Abaixo será demonstrado os pagamentos referentes a restos a pagar processados e não processados por fonte:

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS :

FONTE DE RECURSO	INSCRIÇÃO DE RPÑP	SALDO DE RPÑP	RPÑP A LIQUIDAR	RPÑP PAGOS	RPÑP CANCELADOS	RPÑP TOTAL A PAGAR
1759008005	3.373.500,11	3.373.500,11	0	1.973.126,43	1.400.373,68	0
1799000001	2.812.917,53	2.812.917,53	139.041,74	2.673.875,79	0,00	139.041,74
TOTAL	6.186.417,64	6.186.417,64	139.041,74	4.647.002,22	1.400.373,68	139.041,74

FONTE:DIVEPORT

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:

FONTE	INSCRIÇÃO DE RPP	RPP RECEBIDOS	SALDO DE RPP	RPP CANCELADO	RPP PAGO	RPP A PAGAR
	4.792,50	0,00	4.792,50	0,00	0,00	4.792,50
1799000001	4.792,50	0,00	4.792,50	0,00	0,00	4.792,50
	4.792,50	0,00	4.792,50	0,00	0,00	4.792,50

FONTE:DIVEPORT

No quadro de pagamentos extra- orçamentários, destacamos o pagamento no valor de R\$ 4.647.002,22 referente a restos a pagar não processados. Não houve pagamentos de restos a pagar processados neste período. Como resultado, o saldo remanescente de R\$ 4.792,50 foi reinscrito como restos a pagar processados para o próximo exercício.

Este saldo será destinado ao pagamento do processo de contratação dos servidores emergenciais, conforme justificativa no Ofício 137 sob ID (0045026600).

Todos os trâmites de restos a pagar foram acompanhados através dos processos 0028.021444/2023-75, no qual foram informados a justificativa de

permanência dos mesmos.

A reinscrição desses valores garante a continuidade do compromisso financeiro necessário para atender às demandas identificadas, mantendo a regularidade e a transparência nos procedimentos contábeis da entidade.

BALANÇO PATRIMONIAL

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

R\$

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16.712.153,74	22.991.118,85
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	16.712.153,74	22.991.118,85
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	953.076,38	953.076,38
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	953.076,38	953.076,38
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	6.015.350,18	1.183.020,22
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	6.015.350,18	1.178.525,45
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	-	4.494,77
ESTOQUES	-	-
ALMOXARIFADO	-	-
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	23.680.580,30	25.127.215,45
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.252.562,33	1.284.721,09
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	-	-
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	1.252.562,33	1.284.721,09
IMOBILIZADO	-	-
BENS MOVEIS	-	-
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.252.562,33	1.284.721,09
TOTAL DO ATIVO	24.933.142,63	26.411.936,54

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO CIRCULANTE		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	4.792,50	4.792,50
PESSOAL A PAGAR	4.792,50	4.792,50
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	-	-
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-	-
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	-	-
ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	228.942,27	191.000,82

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2023	31/12/2022
VALORES RESTITUÍVEIS	228.942,27	191.000,82
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-	-
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	233.734,77	195.793,32
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
RESULTADOS ACUMULADOS	24.699.407,86	26.216.143,22
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	24.699.407,86	26.216.143,22
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.699.407,86	26.216.143,22
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.933.142,63	26.411.936,54

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

R\$

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		
Ativo Financeiro	16.712.153,74	22.991.118,85
Ativo Permanente	8.220.988,89	3.420.817,69
Total Ativo (I)	24.933.142,63	26.411.936,54
PASSIVO		
Passivo Financeiro	2.324.394,27	6.382.210,96
Passivo Permanente	-	-
Total Passivo (II)	2.324.394,27	6.382.210,96
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	22.608.748,36	20.029.725,58

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

R\$

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	-	-
Direitos Contratuais em Execução	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

R\$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2023	31/12/2022
759 Recursos Vinculados a Fundos	12.460.722,22	13.890.257,72
799 Outras Vinculações Legais	1.927.037,25	2.718.650,17
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	14.387.759,47	16.608.907,89

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Notas Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidência, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública através de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). O ativo total perfaz um valor de R\$: 24.933.142,63 sendo R\$: 23.680.580,30 do ativo circulante e R\$: 1.252.562,33 do ativo não circulante.

O Balanço Patrimonial da Unidade Gestora 180011 –FEPRAM, encontra-se representado pelas seguintes contas:

Quadro Resumido do BALANÇO PATRIMONIAL Exercício : 2023/2022

GRUPO DE CONTAS	2023	2022	AV*		AH*
			2023	2022	
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	23.680.580,30	25.127.215,45	94,98%	95%	-5,76%
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.252.562,33	1.284.721,00	5,02%	5%	-2,50%
SOMA TOTAL	24.933.142,63	26.411.936,45	100,00%	100%	-5,60%
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	233.734,77	195.793,32	0,95%	0,74%	19,40%
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0	0			
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.699.467,86	26.216.143,22	99,06%	99,26%	-5,79%
SOMA TOTAL	24.933.202,63	26.411.936,54			

NOTA 1-Comparação Ativo/Passivo e Patrimônio Líquido.

* AV – Análise Vertical - Montante da conta em relação ao montante do grupo; * AH – Análise Horizontal - uma passagem temporal, aumento / decréscimo temporal;

Na análise vertical é observado o valor da conta em relação ao total do grupo, a exemplo da conta do ativo circulante sobre o total do ativo. Já na análise horizontal é uma análise temporal, é um comparativo de um exercício para outro.

Sob a ótica da análise vertical apresentada no quadro acima, é notável que o ativo circulante no exercício de 2023 e 2022 representa aproximadamente 95% do total do grupo. Esta proporção indica a significativa participação do ativo circulante em relação ao total de ativos.

Ao comparar esta mesma conta com o exercício anterior, observa-se um decréscimo de 5,76%. Esse decréscimo pode ser atribuído a uma série de fatores, como mudanças nas políticas de gestão de ativos, variações nas condições econômicas e financeiras, ou mesmo flutuações nas atividades operacionais da entidade.

No exercício de 2022 e 2023, o ativo não circulante representa aproximadamente 5,86% do total do grupo de ativos. Nota-se que houve um decréscimo de cerca de 2,5% em relação ao exercício anterior.

Além disso, o Patrimônio Líquido (PL) também experimentou uma redução de aproximadamente 5,79%, tornando-se parte de cerca de 99% do total do grupo de contas do passivo

Quanto ao Patrimônio Líquido o mesmo representa 99,00% aproximadamente do total do passivo. No exercício de 2023 houve um decréscimo em aproximadamente 6% comparado ao exercício de 2022 que foi de R\$ 26.216.143,22, e no exercício de 2023 apresentou saldo de R\$ 24.699.467,86.

NOTA 2-Caixa e Equivalente de Caixa:

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato, incluem os numerários em espécie, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de alta liquidez, classificando-se como tal os investimentos com vencimento original de até três meses.

Abaixo será detalhado o saldo de caixa e equivalente de caixa apurado no Balanço Patrimonial:

Unidade + Fonte + Conta Bancária	Saldo Financeiro Disponível
180011 - Fundo Especial de Proteção Ambiental	16.712.153,74
1759 Recursos Vinculados a Fundos	9.707.070,82
00102757X0000024155	9.180.444,76
00102757X0000091308	14.482,96
00102757X0000100749	423.740,74
00102757X0000106410	81.913,17
00102757X0004001400	6.489,19
1799 Outras Vinculações Legais	697.584,72
00102757X0000106410	697.584,72
1869 Outros Recursos Extraorçamentários	228.942,27
00102757X0000024155	197.105,49
00102757X0000106410	25.000,00
00102757X0004001400	6.836,78
2759 Rec. Vinculados a Fundos.	4.137.255,76
00102757X0000024155	1.754.529,23
00102757X0000091308	109.299,53
00102757X0000100749	2.273.427,00
2799 Outras Vinculações Legais	1.941.300,17
00102757X0000106410	1.941.300,17
Total Consolidado	16.712.153,74

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal- SIGEF

NOTA-3 - Créditos a Curto Prazo

O saldo de R\$ 953.076,38 (novecentos e cinquenta e três mil setenta e seis reais e trinta e oito centavos), refere-se ao saldo de estoque da dívida ativa não tributária de parcelamento, informação esta extraída do processo 0020.007947/2021-46, oriunda da Procuradoria de Ativos Financeiros.

NOTA- 4 - Demais Créditos a Curto Prazo

O valor exibido neste grupo de conta na ordem de R\$: 6.015.350,18 , está registrado na conta contábil 113110100 - Adiantamento Concedidos a Pessoal (Diárias), valores disponibilizados durante o exercício, o qual em dezembro de 2023 restaram pendências de prestação, porém segue o curso normal do processo administrativo 0028.024737/2023-12.

Neste exercício houve uma demanda alta quanto ao adiantamento de diárias tendo em vista que esta unidade atendeu a uma missão de combate a degradação ambiental no parque estadual de Guajará Mirim e o "BICO DO PARQUE", no qual equipe de fiscalização tiveram que permanecer durante meses para combater a invasão nessa localidade conforme processo Judicial Eletrônico - 2º Grau Número: 0803117-74.2023.8.22.0000.

Da concessão e prestação de contas

Para fins de concessão de passagens e de diárias é necessário que haja compatibilidade entre os motivos do deslocamento e o interesse público, bem como correlação entre o motivo do deslocamento e as atribuições do cargo efetivo ou as atividades desempenhadas no exercício da função gratificada, ou do cargo em comissão. Trata-se de regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidas em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

NOTA- 5 Créditos a Longo Prazo:

O valor expresso neste grupo de contas, totalizando R\$ 1.252.562,33, refere-se ao registro de lançamento do reconhecimento inicial do estoque da dívida ativa não tributária ambiental. Especificamente, esses créditos são derivados de autos de infração decorrentes de questões administrativas.

A dívida ativa não tributária ambiental consiste em obrigações financeiras resultantes de violações às normas ambientais, que foram estabelecidas e aplicadas pelas autoridades competentes. Esses créditos administrativos representam valores que a entidade tem direito a receber de terceiros como resultado de penalidades impostas devido a infrações ambientais.

É importante ressaltar que o reconhecimento inicial desses créditos está em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos e com as políticas contábeis adotadas pela entidade. Além disso, os valores apresentados são baseados em avaliações cuidadosas e no melhor conhecimento disponível sobre a probabilidade de recuperação desses créditos no longo prazo.

A divulgação dessas informações visa proporcionar transparência e clareza sobre a composição dos ativos financeiros da entidade, permitindo uma

compreensão mais completa da sua situação patrimonial e financeira.

NOTA- 6 Bens Móveis e Imóveis

Os bens imóveis, móveis, de consumo e permanentes, adquiridos pelo Fundo Especial de Proteção Ambiental - FEPRAM são transferidos para a Secretaria de Estado de desenvolvimento Ambiental - SEDAM em obediência ao Decreto Estadual nº 7.902, de 17 de julho de 1997. Sendo assim, não possui bens.

NOTA - 7 Fonte de Recursos

O superávit financeiro de R\$ 14.387.759,47 no exercício de 2023 está totalmente registrado nas fontes 759 e 799, destinadas ao Fundo Especial de Proteção Ambiental e a Acordos e Leis Anti-corrupção, respectivamente. Conforme a Lei Federal nº 4.320/64, esse superávit pode ser utilizado para abrir créditos adicionais, conforme necessário. Consulte o quadro anexo para ver a distribuição do superávit por domicílio bancário. Essas informações visam garantir transparência e responsabilidade na gestão dos recursos financeiros da entidade.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO			R\$
FONTES DE RECURSO		31/12/2023	31/12/2022
759	Recursos Vinculados a Fundos	12.460.722,22	13.890.257,72
799	Outras Vinculações Legais	1.927.037,25	2.718.650,17
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS		14.387.759,47	16.608.907,89

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			R\$
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2023	Janeiro a Dezembro / 2022	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	12.975.439,89	13.295.672,85	
TAXAS	12.975.439,89	13.295.672,85	
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	279.492,97	823.370,13	
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	279.492,97	823.370,13	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2.181.268,35	2.524.879,14	
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.181.268,35	2.524.879,14	
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.742.520,01	229.551,99	
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.742.520,01	229.551,99	
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	85.784.900,59	3.621.583,81	
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	85.784.900,59	3.621.583,81	
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	102.963.621,81	20.495.057,92	

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2023	Janeiro a Dezembro / 2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
PESSOAL E ENCARGOS	3.385.372,76	3.073.159,81
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	3.385.372,76	3.073.159,81
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	3.073,00	1.176,67
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	3.073,00	1.176,67
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	14.650.878,67	13.588.545,22
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	143.567,59	959.029,77
SERVIÇOS	14.507.311,08	12.629.515,45
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	85.129.697,49	777.803.233,29
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	83.910.691,90	777.304.629,59
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	716.120,91	28.905,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	502.884,68	469.698,70
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	186.485,25	55.798,88
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	186.485,25	55.798,88
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	103.355.507,17	794.521.913,87
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	(391.885,36)	(774.026.855,95)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2023	Janeiro a Dezembro / 2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	12.975.439,89	13.295.672,85
TAXAS	12.975.439,89	13.295.672,85
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	279.492,97	823.370,13
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	279.492,97	823.370,13
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2.181.268,35	2.524.879,14
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.181.268,35	2.524.879,14
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.742.520,01	229.551,99
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.742.520,01	229.551,99
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	85.784.900,59	3.621.583,81
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	85.784.900,59	3.621.583,81
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	102.963.621,81	20.495.057,92

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2023	Janeiro a Dezembro / 2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
PESSOAL E ENCARGOS	3.385.372,76	3.073.159,81
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	3.385.372,76	3.073.159,81
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	3.073,00	1.176,67
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	3.073,00	1.176,67
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	14.650.878,67	13.588.545,22
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	143.567,59	959.029,77
SERVIÇOS	14.507.311,08	12.629.515,45
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	85.129.697,49	777.803.233,29
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	83.910.691,90	777.304.629,59
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	716.120,91	28.905,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	502.884,68	469.698,70
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	186.485,25	55.798,88
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	186.485,25	55.798,88
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	103.355.507,17	794.521.913,87
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	(391.885,36)	(774.026.855,95)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) compõe o conjunto das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) que estão enumeradas na Lei Federal nº 4.320/1964 em seu Artigo 35, assim como na Lei Complementar nº 101/2000 e na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Serviço Público 11 - NBC TSP 11. A DVP evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício (MCASP, parte V, 9ª Válida a partir do exercício de 2022). O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

DEMONSTRAÇÕES VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
	2023	2022	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	102.963.621,81	20.495.057,92	402%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	103.355.507,17	794.521.913,87	-87%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO =	(391.885,36)	(774.026.855,95)	-100%

NOTA-1 Resultado Patrimonial

No exercício de 2023, a FEPRAM apresentou um resultado negativo a menor em 100% se comparado ao mesmo período do exercício anterior, totalizando R\$: -391.885,36 Observa-se que as variações patrimoniais diminutivas diminuiu em 87% se comparado ao exercício de 2022.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2023

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	25.918.491,19	23.198.436,43
Receita Tributária	17.353.042,83	17.033.152,12
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	279.492,97	823.370,13
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	2.181.268,35	2.524.879,14
Outras Receitas Derivadas e Originárias	11.930,75	-
Transferências recebidas	1.742.520,01	229.551,99
Outros ingressos operacionais	4.350.236,28	2.587.483,05
Desembolsos	31.680.870,94	26.478.384,33
Pessoal e demais despesas	25.246.919,72	17.413.065,63
Juros e encargos da dívida	-	-
Transferências concedidas	2.126.151,16	6.584.601,28
Outros desembolsos operacionais	4.307.800,06	2.480.717,42
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	(5.762.379,75)	(3.279.947,90)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	-	-
Alienação de bens	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros ingressos de investimentos	-	-
Desembolsos	516.585,36	1.327.693,92
Aquisição de ativo não circulante	516.585,36	1.327.693,92
Concessão de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros desembolsos de investimentos	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	(516.585,36)	(1.327.693,92)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2023

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	-	-
Operações crédito	-	-
Integralização do capital social de empresas dependentes	-	-
Outros ingressos de financiamentos	-	-
Desembolsos	-	-
Amortização / Refinanciamento da dívida	-	-
Outros desembolsos de financiamentos	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	(6.278.965,11)	(4.607.641,82)
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	22.991.118,85	27.598.760,67
Caixa e Equivalente de Caixa Final	16.712.153,74	22.991.118,85

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

R\$

	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais	-	-
da União	-	-
de Estados e Distrito Federal	-	-
de Municípios	-	-
Intragovernamentais	1.742.520,01	229.551,99
Outras transferências recebidas	-	-
Total das Transferências Recebidas	1.742.520,01	229.551,99
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	-	2.200.000,00
a União	-	-
a Estados e Distrito Federal	-	-
a Municípios	-	2.200.000,00
a Consórcios Públicos	-	-
Intragovernamentais	2.126.151,16	4.384.601,28
Outras transferências concedidas	-	-
Total das Transferências Concedidas	2.126.151,16	6.584.601,28

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

R\$

	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
Legislativa	-	-
Judiciária	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	25.246.919,72	17.413.065,63
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
Reserva de Contingência	-	-
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	25.246.919,72	17.413.065,63

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

R\$

	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Total dos Juros e Encargos da Dívida	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

R\$

	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais	-	-
da União	-	-
de Estados e Distrito Federal	-	-
de Municípios	-	-
Intragovernamentais	1.742.520,01	229.551,99
Outras transferências recebidas	-	-
Total das Transferências Recebidas	1.742.520,01	229.551,99
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	-	2.200.000,00
a União	-	-
a Estados e Distrito Federal	-	-
a Municípios	-	2.200.000,00
a Consórcios Públicos	-	-
Intragovernamentais	2.126.151,16	4.384.601,28
Outras transferências concedidas	-	-
Total das Transferências Concedidas	2.126.151,16	6.584.601,28

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

R\$

	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
Legislativa	-	-
Judiciária	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	25.246.919,72	17.413.065,63
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
Reserva de Contingência	-	-
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	25.246.919,72	17.413.065,63

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

R\$

	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Total dos Juros e Encargos da Dívida	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiros dos órgãos e entidades do setor público. As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. A Demonstração de Fluxos de Caixa do Estado de Rondônia, permite a avaliação das saídas e entradas de dinheiro no caixa durante o período e o resultado desse fluxo.

NOTA 1-FLUXO OPERACIONAL

Os fluxos de caixa operacionais consolidados do setor público em sentido amplo proporcionam uma indicação da medida do volume de recursos que o governo vem financiando suas atividades correntes por meio da tributação e outras cobranças.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
Anexo 19 - Lei Federal Nº 4.320/64
Exercício de 2023

Valores em R\$

Mês Referência: Dezembro									
ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais							26.216.143,22		26.216.143,22
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-1.124.850,00	-	-1.124.850,00
Aumento de capital							-	-	
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-391.885,36	-	-391.885,36
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	
Constituição / Reversão de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos a distribuir (R\$... por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos Finais							24.699.407,86		24.699.407,86

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

NOTA 1 - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é uma das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), cuja enumeração está estabelecida na Lei Federal nº 4.320/1964, bem como na Lei Complementar nº 101/2000 e na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Serviço Público 11 - NBC TSP 11.

Este demonstrativo contábil evidencia a evolução, seja aumento ou redução, do patrimônio líquido da entidade durante um período. A mudança total no patrimônio líquido durante esse período representa o valor total do resultado do período, somado a outras receitas e despesas reconhecidas diretamente como alterações no patrimônio líquido, sem passar pelo resultado do período, além de qualquer contribuição dos proprietários e dedução das distribuições para os proprietários atuando na sua capacidade de detentores do capital próprio da entidade.

Assim, entre os itens demonstrados na DMPL, destacam-se:

- a. O resultado do período;
- b. Cada item de receita e despesa do período reconhecido diretamente no patrimônio líquido devido a norma específica, como aumento ou redução por reavaliação e ganhos, quando utilizada a reserva de reavaliação, ou perdas decorrentes de ajustes específicos de conversão para moeda estrangeira;
- c. Ajustes de exercícios anteriores;
- d. Destinação do resultado, como constituição de reservas e distribuição de dividendos;
- e. Transações de capital com os proprietários, como aumento de capital, aquisição ou venda de ações em tesouraria, juros sobre capital próprio e distribuições aos proprietários;
- f. Para cada item do patrimônio líquido divulgado, os efeitos das alterações nas políticas contábeis e correção de erros.

É importante ressaltar que a DMPL complementa o Anexo de Metas Fiscais (AMF), que é parte integrante do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

ROSICLEY TAVARES NASCIMENTO NERY

CRC RO - 006290/O-0

Analista Contábil

SEDAM/FEPRAM/FRHRO/FUNCLIMA

MARCO ANTÔNIO RIBEIRO DE M. LAGOS

Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental

SEDAM-FEPRAM-FRHRO-FUNCLIMA



Documento assinado eletronicamente por **Rosicley Tavares Nascimento Nery**, **Contador(a)**, em 20/03/2024, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTÔNIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS**, **Secretário(a)**, em 20/03/2024, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0047018502** e o código CRC **71DBC884**.

Referência: Caso responda este(a) Demonstrativo de Resultado, indicar expressamente o Processo nº 0028.004184/2024-54

SEI nº 0047018502